

Cortes: Planalto vira um muro de lamentações".

23 AGO 1988

Orcamento

JORNAL DA TARDE

Inconformados com os cortes em seus orçamentos para 1989 — definidos pelo Ministério do Planejamento e examinados neste fim de semana pelo presidente —, os ministros de Sarney esquentaram seus ouvidos, ontem. Os telefones do presidente não pararam de tocar, nos palácios da Alvorada e do Planalto, em função das pressões desencadeadas por quase todos os ministros. Alguns deles preferiram comparecer pessoalmente ao gabinete presidencial, para pedir "clemência".

"Isso aqui virou o muro das lamentações", disse o ministro da Justiça, Paulo Brossard, literalmente de chapéu na mão, à saída do gabinete de Sarney. Por lá passaram os ministros Hugo Napoleão, da Educação; Borges da Silveira, da Saúde; José Reynaldo Tavares, dos Transportes; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Prisco Viana, da Habitação.

Indiferente a este clima, o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, também esteve de manhã e à tarde com o presidente e afirmou que não percebeu nenhuma resistência aos cortes. "Estou achando tudo muito tranquilo. Se eu soubesse que seria assim, tão fácil, até seria cortado mais", ele disse em tom de piúeria.

O "desmonte"

Segundo Abreu, o governo federal vai deixar de repassar para os Estados e municípios, no próximo ano, o equivalente a Cz\$ 700 bilhões (1% do PIB-Produto Interno Bruto), a preços de junho. Mas o enxugamento não deverá parar por aí, disse Abreu, pois novos cortes serão feitos em incentivos, subsídios e investimentos das empresas estatais. Além disso, a receita tributária terá que aumentar para que o governo consiga alcançar a meta de um déficit de 2% do PIB no próximo ano.

O ponto de partida para a Operação Desmonte foi a decisão da Constituinte de retirar da União e transferir aos Estados e municípios 17,6% da receita tributária. Como resposta à perda de receita, o governo está "desmontando" todos os programas que implicam em transferências voluntárias de verbas.

O exemplo mais clássico de programas do governo federal são os recursos a fundo perdido transferidos pelo Ministério da Habitação e Urbanismo (MHU), para a construção de casas, obras de saneamento e outras obras de infra-estrutura urbana nos municípios. Na nova Constituição não está escrito em lugar algum que a União deve repassar verbas para essa finalidade. O mesmo ocorrerá com as verbas transferidas pelo DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para a construção de rodovias estaduais. Com as verbas ministradas, o governo federal não fará transferências no ano que vem.

A proposta orçamentária, que o Congresso Nacional receberá no máximo até o dia 31, é um projeto de lei que define as receitas e despesas do governo para o ano que vem. No lado das despesas, não constarão os gastos do governo federal, que desapareceram na Operação Desmonte. No lado das receitas, não constará, naturalmente, a fatia dos tributos que a Constituinte determinou que fosse transferida aos Estados e municípios. Os ministérios têm prazo até as 15 horas de hoje para devolver ao Planejamento as propostas orçamentárias. A economia de recursos, para se reduzir o déficit, deverá vir sobretudo com o desaparecimento de dezenas de órgãos da estrutura administrativa — por supressão e fusão — e a redação dos custos indiretos representa-

dos por diárias, viagens de inspeção, seminários, quantidade de cargos de confiança e outras gratificações. A informação é do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'anna, após participar da reunião de líderes com o presidente Sarney, ontem de manhã, na qual se discutiu principalmente a proposta de orçamento.

O primeiro exemplo já foi dado ontem pelo ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, que extinguiu de uma só vez cinco órgãos de sua Pasta. A partir do próximo ano, deixam de receber recursos o Cebræ — Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa; CNTUR — Conselho Nacional de Turismo; Sudhevea — Superintendência da Borracha; CDC — Conselho de Desenvolvimento Comercial; e Cenal — Comissão Executiva Nacional do Álcool. "O que não tem remédio, remediado está", disse o ministro.

Outros ministérios

MHU — O orçamento original do ministério para o ano que vem era de Cz\$ 120 bilhões e foi reduzido à metade. O ministro Prisco Viana, que perde assim o seu grande instrumento de manobra política, disse que só a caderneta de poupança e o FGTS garantem verbas de Cz\$ 2,5 trilhões para o financiamento de programas habitacionais e de saneamento.

Saúde — Na realidade, se o governo decidir transferir a Caixa Econômica, que gera o FGTS, para o Ministério da Fazenda, o MHU perderá sua razão de existir e há quem defende que ele deva ser fundido ao Ministério do Interior.

Saúde — O ministro Borges da Silveira ainda ontem estava confuso com os cortes que o Planejamento impôs ao seu Ministério, e confessava não saber ao certo qual era o orçamento que lhe cabia. Os dados do Planejamento indicam que a Saúde terá um orçamento de Cz\$ 85 bilhões, podendo ser incluídos aí Cz\$ 74 bilhões, com a transferência da Seac — Secretaria de Assuntos Comunitários.

Justiça — O ministro Paulo Brossard, recebeu ontem a promessa do Presidente Sarney de que será revisto o corte de 75% no Programa Nacional de Segurança do Trânsito, lançado há cerca de dois meses. Já o programa nacional de reestruturação do sistema penitenciário será integralmente transferido para a competência dos Estados, diante do corte de 100% no repasse de Cz\$ 17 bilhões previsto para o ano que vem. É o caso típico de um programa fulminado pela Operação Desmonte.

Agricultura — O Ministério do Planejamento quer cortar 7,4% da proposta orçamentária do Ministério da Agricultura, que atingiu a cifra de Cz\$ 393 bilhões. Os cortes serão feitos, basicamente, com a suspensão das transferências de recursos da União para os Estados. Os programas de irrigação e as contribuições do governo para o Fundo do Cacau serão afetados em cheio.

Relações Exteriores — Apesar das gestões do ministro Abreu Sodré, o Itamaraty foi atingido em 10% de sua proposta orçamentária, em termos reais. Os cortes, segundo o porta-voz Ruy Nogueira, vão atingir os gastos no Brasil, principalmente porque nos países europeus os diplomatas brasileiros estão sendo prejudicados com a desvalorização do dólar.

Distrito Federal — De um orçamento previsto de Cz\$ 140 bilhões, ficará com pouco mais da metade: Cz\$ 79 bilhões. A Secretaria da Educação teve um corte de Cz\$ 7 bilhões e estima-se que terá dinheiro apenadas para pagar os professores.